



XI Congresso Português de Sociologia  
*Identities ao rubro: diferenças, pertencças e  
populismos num mundo efervescente*  
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

**Secção - Área Temática:  
Segurança, Defesa e Forças Armadas**

**“Gênero, Militares e Sociedade”: um estudo sobre as mulheres na Força Aérea  
Brasileira em Belém do Pará.**

**Gender, military and society”: a study on women in the brazilian air Force in  
Belém do Pará.**

**GAUDÊNCIO, Sandra Letícia Magalhães.** Especialista em história/UFPA. 1º TEN  
QOCON da reserva não remunerada da FAB e antiga professora da CTRB.

leticia.magalhães@yahoo.com.br

**GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira Gaudêncio.** Doutor em História/UFPA  
Major da Polícia Militar do Pará. Docente da Academia de Polícia Militar, Centro de  
Formação e Aperfeiçoamento de Praças e Escola Superior Madre Celeste.

itamargaud@gmail.com

#### **Resumo**

Este artigo se propõe a discutir o tema “gênero, militares e sociedade”, que foi escolhido a partir da observação de fontes orais e documentais do período de 1981 a 2017, na Força Aérea Brasileira em Belém do Pará. Assim, é possível um repensar sobre as questões do gênero feminino e masculino conjuntamente com a doutrina militar, no caso específico da FAB fundada no início do século XX e somente nos anos de 1981, incorporou mulheres na sua estrutura hierárquica. Momento histórico que “coincide” com os anos da chamada redemocratização brasileira. A metodologia utilizada está baseada na análise qualitativa e no cruzamento de entrevistas abertas, assim como documentos oficiais, jurídicos e sua relação com campo cultural-social-intelectual militar. Temática relevante para os estudos sobre os militares e as relações entre gêneros no processo de redemocratização do país, sendo ainda pouco explorada pela historiografia paraense.

#### **Abstract**

This article proposes to discuss the theme “gender, military and society”, which was chosen from the observation of oral and documentary sources from 1981 to 2017, in the Brazilian Air Force in Belém do Pará. on issues of the female and male gender together with the military doctrine, in the specific case of the FAB founded at the beginning of the 20th century and only in 1981, it incorporated women into its hierarchical structure. Historic moment that “coincides” with the years of the so-called Brazilian redemocratization. The methodology used is based on qualitative analysis and cross-referencing of open interviews, as well as official

Palavras-chave: Gênero, Militares, Força Aérea Brasileira e Sociedade.

Keywords: Gender, Military, Brazilian Air Force and Society.



## 1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a discutir o tema “gênero, militares e sociedade”, o tema escolhido surgiu a partir da análise dos relatos de militares masculinos e femininos sobre o cotidiano militar e documentos oficiais do período de 1981 a 2017, na Força Aérea Brasileira em Belém do Pará.

Esta pesquisa possibilita um repensar sobre as questões do gênero feminino e masculino conjuntamente com a doutrina militar, no caso específico da FAB, Instituição Militar Federal, fundada no início do século XX e somente nos anos de 1981, incorporou mulheres na sua estrutura hierárquica. Momento histórico que “coincide” com os anos da chamada redemocratização brasileira. Temática relevante para os estudos sobre os militares e as relações entre gêneros no processo de redemocratização do país, sendo ainda pouco explorada pela historiografia paraense.

Observa-se, no âmbito nacional, que o estudo do papel político e social da mulher passa a emergir a partir da década de 1970 do século XX na historiografia e também em outras áreas. No entanto, existem teóricos que destacam as décadas de 50 e 60 do século passado como períodos relevantes para a mudança no estudo sobre o papel social das mulheres.

O período a ser estudado se inicia a partir dos anos de 1981 até os anos 2017, no qual, é possível perceber que estes foram momentos que permeiam a abertura política, ampliação do discurso democrático e mudanças ocorridas na sociedade brasileira que ver finalizada a chamada Nova República. Este contexto destaca a elevação da quantidade mulheres em diversos setores e sociais. Assim, é importante analisar como essas mulheres viviam e vivem nesse contexto de mudanças e como no âmbito das Instituições militares são construídas as memórias sobre o trabalho feminino e sua relação com tradições seculares de treinamento e instrução.

O objetivo deste trabalho foi pesquisar e perceber a partir desses pressupostos levantados, parte da história e memória das relações entre homens e mulheres na Força Aérea Brasileira em Belém do Pará desenvolvendo uma análise inicial importante para pesquisas futuras sobre o papel feminino dentro de Instituições de “origem masculina”, como as militares.

## **2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO:**

O modelo tradicional, que seria seguido por todas as mulheres de uma forma homogênea era o de mulher frágil, compreensiva, passiva, que era boa esposa e boa filha. De acordo com esse modelo de mulher Carla Bassanezi (1993) afirma:

No modelo de família na época enfocada, as distinções de gênero delegam ao home autoridade e poder sobre as mulheres, são considerados os chefes da casa. As mulheres por sua vez são definidas a partir dos papéis tradicionais (prioritariamente mães, donas de casa esposas vivendo em função do outro, o homem).

Existia um conjunto de normas sociais que definiam essas relações como naturais e que eram válidas para todas as classes. A mulher era vista de uma única forma, como se não existissem diferenças sociais, culturais, temporais, tornando esse modelo homogêneo. Isso era possível devido ao longo da história das relações de gênero existirem definições de masculino e de feminino, e de papeis designados pra homens e mulheres que vem sendo trabalhados desde a antiguidade e tem condicionado as situações atuais. (Stearns, 2007)

Segundo Perrot (2005), evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala feminina em locais que lhes eram até então proibidos ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. As mulheres aparecem menos no espaço público que falasse pouco delas, geralmente um homem que faz o relato se acomoda com a costumeira ausência Apesar dessa mulher está inserida em diversos campos elas não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com tarefas domésticas e auxiliares, torna-se invisível, ou seja, as mulheres não contam.

Até meados da década de 1950 as mulheres ocupavam o espaço privado, ou seja, seus lares estavam submetidas a um processo e socialização que era voltado a maternidade e ao cuidado da casa, se dedicavam a casa aos filhos e aos maridos. (Adão; Mathias, 2013)

Subsistem, no entanto muitas zonas mudas e no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais da História, este relato que por muito tempo, esqueceu as mulheres, como se por serem

destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (Perrot,2005)

Com a aproximação da história com antropologia e da etnologia dos anos de 1970, com a “Nova História” houve um desenvolvimento dos temas e surgimento de outros, novos objetos como, família, casamento, crianças, sexualidade, vida privada, e mulheres. Também nos anos de 1960 com as contestações políticas e sociais as mulheres questionavam o padrão social por elas reservado. Segundo, Adão e Mathias (2013), sempre houve resistência e contestação. As décadas de 1970-1980 foram determinantes para a construção da história das mulheres, com a demanda social, fatores políticos como o movimento de liberação das mulheres pelas conquistas de diversos direitos.

Na década de 1980 o Brasil passa por transformações políticas e econômicas que permitiram consolidar o novo papel da mulher em nossa sociedade. A busca por direitos civis e pela democratização, fez com que setores da sociedade se propusessem a repensar a postura que tinham diante do processo de profissionalização feminina, o que possibilitou que a ideia de igualdade de direitos entre homens e mulheres passasse a ser discutida em maior escala. (Adão; Mathias, 2013).

Desse modo, podemos perceber essa relação de gênero, que identifica e diferencia os homens e as mulheres e suas relações sociais, e como essas relações são organizadas em diferentes sociedades, épocas e culturas. Há uma distinção entre a esfera biológica que é o sexo propriamente dito, e suas características físicas, e a esfera social e cultural, que é a identidade de gênero, ou seja, como determinado indivíduo se identifica na sociedade.

Segundo Magnoli (2006) as guerras fazem parte da história da Humanidade e das diversas culturas que interagem de acordo com seus interesses. Para o autor a discussão do fenômeno da guerra no mundo nos leva a refletir sobre categorias e conceitos importantes que enxergam esses momentos conflituosos e belicosos com características totais, políticos e inevitavelmente militares. A balança dos chefes militares pesa probabilidades e calcula o ritmo e intensidade do dispêndio de recursos. Todo o empreendimento de guerra até o seu final é um ato inscrito na esfera política.

Dessa forma, ao longo da trajetória humana na história e possível perceber uma série de conflitos que mostram uma das características dos militares, que é a sua ligação com momentos conflituosos e com grande peso político. Por isso, as instituições militares tem uma função estratégica no sentido da construção dos grupos

que buscam a construção de um poder. A força física e bélica, também caracterizam as tropas que no geral são formadas na sua maioria por homens e poucas mulheres.

Na Constituição Brasileira nos artigos 42, 142 e 144 temos a explicação dos tipos de militares que existem no Brasil e suas missões específicas. No art. 42 da CF/88 se enfatiza pelo legislador a explicação sobre os militares estaduais, no caso, as Polícias Militares e Bombeiros Militares. Um grupo chamado pelos militares federais de Forças Auxiliares e reserva do Exército, devido no art. 144 da CF/88 ocorrer o destaque para essa função e missão de segurança pública e proteção territorial em caso de conflito armado, já que este artigo destaca os órgãos de Segurança Pública e dentre eles, as PM'S e BM'S do Brasil. Os Militares federais, as chamadas Forças Armadas no art. 142, da CF/ 88, formada pelas tropas militares da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Aeronáutico (Força Aérea Brasileira) com fins específicos de proteção da Soberania nacional.

Assim, percebe-se que para além de um costume ou Instituição com práticas e tradições seculares, os militares estão citados na Constituição Federal de 1988 e com objetivos específicos para cada Instituição no âmbito Federal e Estadual. Nesse sentido, a participação de militares na sociedade está alicerçada também no ordenamento jurídico positivado e suas ações são recepcionadas pelo legislador na Constituição de Federal de 1988.

Goffman (1957) destaca as forças militares como pertencentes a um grupo de instituições chamadas de Instituições Totais. Suas características podem ser sintetizadas no seu caráter de barreira ao intercâmbio social com o mundo exterior. No geral, estas instituições possuem portas fechadas, paredes altas, arame farpado, rochedos e água, terreno aberto, dentre outras. O autor relata que dentre os cinco grupamentos superficiais que possuem estas características estão os quartéis do Exército, por exemplo, que estão supostamente estabelecidos para algumas tarefas técnicas. Inclusive com a relação entre os sujeitos que pertencem ao *staff* e os “internos”. As regras ditadas e determinadas para serem cumpridas são fiscalizadas pelos que são considerados dominantes pelo autor, o primeiro e menor grupo e o segundo só tem que acatar.

Nas instituições totais, ao contrário de uma rotina normal, todas as atividades são feitas por todos no mesmo local e sob uma mesma autoridade. Cada fase da vida diária de um participante é feita na frente de um grupo de pessoas que o acompanham

cotidianamente. Todas as atividades diárias são rigorosamente controladas pelo tempo, regras e normas próprias impostas de cima para baixo. Por fim, existe um plano racional único que é estabelecido em nome do bem da Instituição. (Goffman, 1974).

Essas ideias nos apresentam possibilidades de entendimento de uma Instituição militar e suas características iminentemente masculinas ao longo de toda a história. Uma compreensão das mentalidades e da memória de um cotidiano de embates bélicos e trabalho ligado à preparação para atividades de combates. Na verdade, apesar das exceções históricas, o território ocupado por militares passa a ter uma característica masculina. Essa é a diferença, o *staff* se sente superior aos “internos”, sendo estes últimos supervisionados pelo primeiro. E suas práticas são muito ligadas as concepções de pátria, ordem, disciplina, hierarquia, dentre outras determinações criadas para o grupo de “internos” que não serve para o cotidiano fora dos muros dos quartéis.

Castro (2004) nos apresenta a partir de seu trabalho etnográfico realizado na Academia Militar das Agulhas Negras, entre os anos de 1987 à 1990, uma ideia de “espírito militar” que no geral, está fincado no cotidiano da formação militar das academias, que repassam essa construção cultural e social para os alunos. Estes passam por todo um processo de negação do individual em nome do institucional e sua missão. Uma relação que fortalece a identidade institucional e nos apresenta elementos para um maior entendimento sobre o “ser militar” e o “sentir-se” militar.

Na AMAN é “forjado” um processo de construção da identidade social do militar, do espírito militar. Já que o cadete, sinônimo de aluno, vivencia na Academia um processo de socialização profissional, momento que o mesmo vai aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. O objetivo é construir uma “peneira” para no período de adaptação que visa levar a desistência dos novatos que supostamente não possuem vocação para a carreira militar. Um período que segundo os cadetes “não há tempo nem para pensar” (Castro, 2004).

Nessa linha de pensamento sobre o estudo de Militares, Keengan (2006) ressalta que estudar os sujeitos que buscam se adaptar a um padrão de vida baseado nos valores militares construídos no cotidiano do treinamento dos quartéis, medalhas, uniformes, lanceiros, dentre outros, significa pensar a partir do olhar do “outro” que cria uma identidade de grupo.

O pesquisador que for pensar em entender os militares e a sua relação com os outros setores da sociedade, precisa primeiramente compreender as experiências desses sujeitos e seu imaginário. Segundo o autor, “os soldados não são como os outros homens – eis a lição que aprendi de uma vida entre guerreiros(...)”. Essa ideia nos apresenta que é preciso ver que os homens destinados à guerra constroem valores diferentes dos políticos e dos diplomatas, são valores de um mundo à parte, um mundo antigo, que segue regras próprias, uma cultura que muitas vezes não segue a da civilização. Pois, todas as civilizações devem suas origens aos guerreiros, que é na verdade, uma característica importante do militar. (Castro, 2004)

Por outro lado, a divisão hierárquica entre os militares, formada na maioria por Praças e na sua minoria de Oficiais, nos leva a pensar que culturalmente a ideia de ser um “guerreiro” passa pelas relações de poder que determinam as ações dos setores específicos que controlam a Instituição Militar. Um exemplo desse fato, apesar de construir uma ideia de um não envolvimento político nas questões ditas políticas, os Militares brasileiros que participaram das ações que proporcionaram o golpe histórico contra a Monarquia em 1889 e proclamaram a República, não era formada por Praças na liderança do evento político, por exemplo. (Castro, 1995).

As ações registradas ao longo do tempo não possibilita entender os militares como uma categoria social homogênea. No caso da proclamação da República no Brasil, a participação de outras Instituições foi considerada mínima se comparada com a tropa do Exército Brasileiro, fortalecido politicamente após a Guerra do Paraguai. (Castro, 1995)

Além de observarmos que as Forças Militares que se destacam na proclamação da República basicamente estão ligadas ao Exército Brasileiro, com pouca participação da Armada (Marinha). Não se destaca na historiografia a participação dos grupos pertencentes a Guarda Nacional e principalmente as milícias locais que fortaleceram a construção cultural das atuais Polícias Militares. Para Gaia (2008) o Club republicano tem um papel importante em engajar diversos sujeitos na campanha republicana, dentre estes, “vale lembrar que muitos militares estavam engajados na campanha republicana.”

Lauro Sodré era um desses militares do Exército que participou ativamente das discussões teóricas sobre República e as concepções positivistas oriundas da

Academia Militar da Praia Vermelha na cidade do Rio de Janeiro. Um militar que esteve sempre empenhado na defesa da República. (Idem, 2008).

O ano de 1917, momento da criação da Casa Militar da governadoria por Lauro Sodré, apresentou a participação de militares locais, chamados à época de Brigada Militar do Estado (atual Polícia Militar do Pará), um fato que nos mostra o envolvimento de militares do Exército na construção do cenário político local juntamente com os militares locais. Um contexto histórico que se baseava nas disputas políticas as oligarquias Lemistas (aliados de Antonio Lemos) e Lauristas (aliados de Lauro Sodré) (Casa Militar, 2017)

O contexto do ano de 1917 estabelece, inclusive, um acordo que destacava na no âmbito Federal a Brigada Militar como Força auxiliar e reserva do Exército brasileiro. (Marreca, 1940, p. 19) Um fato que mostra a participação da Brigada Militar do Estado como instituição militar inserida no cotidiano político local e nacional, apesar da visão de militares de “segunda classe”, mesmo com estabelecimento de uma lei que a deixaria no nível do Exército por ser reserva deste. Um discurso que cria uma relação de poder e subordinação implícita que é enfatizado até atualidade e com respaldo na constituição Federal de 1988, no seu artigo 144.

Esses grupos de militares locais estavam presentes nos processos de construção da história local nacional e em ações internacionais, como a Guerra do Paraguai, na segunda metade do século XIX, quando se formou os Corpos de voluntários da Pátria, e efetivou-se a participação de militares locais em conflitos considerados importantes para o debate sobre o sentimento nacional e fortalecimento do Exército, por exemplo. No caso do Pará, “à Força Pública, põe 1865 à disposição do Governo Imperial o Corpo Provincial de Caçadores de Polícia, que tomou a denominação de Corpo Paraense de Voluntários da Pátria (...)” (Marreca, 1940, p. 53).

Os militares no Pará seguem uma tradição brasileira herdada do período colonial que destaca os estes grupos subdivididos por em tropas Regulares e Tropas auxiliares. Segundo Nogueira (2002) o organograma das tropas do Pará do século XVII se dividia em Tropas regulares formadas por Oficiais e Praças vindos de Portugal, eram considerados permanentes e seu recrutamento ocorria entre homens brancos, mamelucos e de boa procedência. As tropas auxiliares não tinham caráter permanente, eram provisórias, auxiliavam as tropas regulares pagas, seus oficiais eram oriundos das tropas regulares, a base principal do seu efetivo era formada por homens negros, indígenas e cafuzos (livres).

Então como pensar os militares? Pensando de maneira homogênea ou como grupo formado de identidades sociais diversas? É possível afirmar inicialmente que são grupos de sujeitos armados, autorizados pelo Estado, “guerreiros” e ligados a tradições que lhes identificam culturalmente como categoria social. Porém, não é algo fechado, homogêneo e inflexível. Já que, apesar das tradições e costumes próprios, a divisão hierárquica, as origens sociais dos diversos grupos e o contexto histórico do momento que um grupo específico de militares é estudado, é provável que possamos observar fatos e atitudes diferenciadas de ideias pré-concebidas sobre esses sujeitos de “armas” e suas experiências.

Nas últimas décadas a historiografia sobre militares no Brasil tem sofrido um alargamento considerável uma vez que alguns historiadores mostraram interesse nesse campo enquanto objeto de análise. A mudança de postura em relação à negação da mulher enquanto elemento significativo de abordagem historiográfica pode ser compreendido pelo avanço dos estudos com ênfase na Nova História a partir da década de 1970 com a aplicação do paradigma conceitual das práticas que tornou possível já na década de 1980 a concretização da história da mulher militar.

No contexto de redemocratização que estava ocorrendo no país, às mulheres passam a incorporar às Forças Armadas. Também houve outros motivos que levaram as mulheres a adentrarem esse espaço que até então era eminentemente masculino, entre eles, o desinteresse dos homens da elite sociais em relação ao ingresso a carreira militar, devido ao desgaste que ocorreu mais de duas décadas de governo burocrático-autoritário.

Na década de 1980, outras áreas de atuação como a de transformações tecnológicas, tornaram-se atraentes para os demais setores da sociedade. Ainda dentro desse campo, a década de 1980 teve um baixo crescimento econômico combinando segundo Adão e Mathias (2013) com a alta inflacionária, de “década perdida”. Desse modo, houve um número grande de desemprego atingindo os homens, que representavam os postos médios qualificados ligados a Gerência e a administração, assim as mulheres passaram a assumir esses cargos, devido serem qualificadas, mas com menos exigência de salários.

As mulheres ocupam postos de trabalho que antes eram ocupados por homens, agora vista como indivíduos, que apresentavam projetos pessoais e que a partir desse

momento ganhavam mais autonomia financeira e social. É nesse contexto histórico que as mulheres incorporam as Forças Armadas.

Apesar de todo posicionamento teórico em tentar explicar a entrada das mulheres nas Forças Armadas, temos ainda a discussão que está presente sobre gênero, uma categoria de diferenciação, onde é a base para as pessoas nas suas ideias sobre as relações sociais e nas suas ações. Que seria pensar nas relações internas entre partes das pessoas, tanto quanto sua externalização como relações entre pessoas. (Silva, 2006).

O quartel geralmente é caracterizado como um espaço masculino, por envolver atividades consideradas de risco e de rigor disciplinar. Entretanto, tornou-se um local que foi adentrado por mulheres também, a partir da década de 1980, de forma voluntária e por isso surgem junto a esses novos sujeitos disputas por tais espaços.

O espaço que antes era composto apenas por homens agora ganha um “corpo estranho”, o diferente, para aqueles que ali existiam, que se sentiam superiores, fortes, e preparados. Estes subestimavam esse novo sujeito, como inferior, incapaz, fraca e sensível e dificultavam as atividades militares para as mulheres.

Percebe-se que essas características são construídas a partir da cultura e sociedade que o indivíduo está inserido. Por exemplo, a sociedade ocidental é caracterizada por uma clara dominação masculina e, por uma subordinação da mulher no domínio político, econômico e simbólico. Construindo uma espécie de discurso simbólico que remete a uma natureza “feminina” biológica, morfológica e psicológica, que legitima a sujeição das mulheres. Dificultando o seu crescimento e destaque em diversos setores sociais. (Silva, 2006)

Porém, existem autores que buscam romper com essas características simbólicas de submissão das mulheres, pois na sociedade atual é perceptível que a mulher já conquistou seu espaço, logo para Bourdieu (apud Silva, 2006) a dominação masculina sobre a feminina é simbólica que implica a naturalização dessa dominação na sociedade, exercendo sobre os corpos um forte poder, sem haver necessidade de força física (Silva, 2006).

No campo militar, para Castro (2004) a identidade militar é construída a partir de uma separação entre militares e civis, e o mundo externo. Nesse lócus, a vida militar é operada por uma hierarquia que estruturaria as relações internas aos próprios militares, como mencionado anteriormente. Destacando a instituição militar como um “mundo próprio”, que não demonstra espaço para as mulheres.

Sobre a integração das mulheres às Forças Armadas, é possível perceber conforme D'Araújo (apud Silva, 2006) que o acesso das mulheres tem sido de maior assimilação pelo fato de que as mulheres encontram suas maiores limitações na carreira militar sobretudo em razão de sua aparente “fraqueza física” e vocação maternal. (Silva; 2006).

Apesar de polêmico o tema e dividido as opiniões sobre a entrada das mulheres nas Forças Armadas, essas mulheres militares já ganharam espaço, aprendendo em sua vida militar valores como disciplina, hierarquia, precisão, rapidez, coragem, bravura, etc. Valores que são destacados como militares, que seriam características dos homens, pois, tal estrutura militar foi construída ao molde universal masculino. Dessa forma, as mulheres se submetem ao código masculino conforme Silva (2006)

(...) não existe mulher ou homem, existe o militar, porém o código é masculino, portanto, a mulher se sobrepõe a identidade militar e se torna “militar homem”. A mulher é negada como mulher, assimila essa negação e passa a ser o militar e não a militar(...)

Há uma apropriação da instituição militar sobre a representação simbólica do gênero feminino na sociedade. Inicialmente, as Forças militares não permitiam que mulheres servissem nas armas combatentes, e sim nas armas da Intendência, como foi o caso da Força Aérea Brasileira. A mulher não podia ser combatente e só se apresentava na batalha travestida. Sua função era de auxiliar na retaguarda, seja como enfermeira ou como secretária. O homem é quem poderia assumir funções maiores, poderia comandar.

A Polícia Militar de São Paulo foi a primeira instituição militar que incorporou as mulheres através da criação do corpo feminino em 1955, com a entrada de 13 mulheres à Guarda Civil, criando-se assim o Corpo de Policiamento Especial Feminino, surge o primeiro grupamento policial feminino uniformizado no Brasil, com o Decreto Lei 24.548, de 12 de maio de 1955 (Musumesci, 2005). O trabalho feminino teve como argumento que a formação psicológica das mulheres ajudaria na atuação policial em certas áreas específicas, como trabalho com idosos, mulheres e menores infratores ou abandonados. Sobre a inserção das mulheres na Polícia Militar Musumesci (2005) afirma:

Em 1959, ainda como parte da Guarda Civil, o Corpo de Policiamento subordinado tomou a designação de Polícia Feminina e ficou subordinado à Secretária de Segurança Pública com a Lei 5.235, de 15 de janeiro de 1959, artigo 2º, e em 1969 passou a chamar-se de Superintendência de Policial Feminina, com o Decreto-lei 168, de 10 de dezembro de 1969. No ano de 1970 houve a fusão da Força Pública e da Guarda Civil, que originou a Polícia Militar do Estado de São Paulo, visível no Decreto-lei 217, de 8 de abril de 1970. Em 1975 transformou-se em Quadro Especial de Policiamento Feminino ganhando estrutura de batalhão, 1º Batalhão de Policiamento Feminino, através do Decreto-lei 7.209, de 15 de dezembro de 1975. Finalmente em 1984, consolida-se a base legal para a incorporação de policiais femininas aos quadros regulares das PMs, com a nova redação dada ao decreto-lei Federal 667, de 2 de julho de 1969.[...]

Art. 8º (...) 2º - Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares: (a) admitir o ingresso de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças para atender necessidades das respectivas Corporações em atividades específicas, mediante autorização no Ministério do Exército [...]. Decreto-lei federal 2.106, de 6 de fevereiro de 1984. (Iddem, 2005)

Desse modo, a ideia de ter a presença de mulheres era de “humanizar” a Polícia, pois assumiam funções mais reservadas consideradas próprias para mulheres. Chegando ao máximo fazer o policiamento no trânsito, em escolas, nas feiras livres, etc. Hoje essas mulheres já alcançaram novas funções, como exemplo na ROTA – Onda Ostensivas Tobias de Aguiar, temido por seu comportamento violento e muitas vezes ilegal. (Adão; Mathias, 2013)

Em 1980 foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), que formava militares para exercer atividades técnicas e administrativas, pelo então Ministro da Marinha no governo do General Figueiredo, o Almirante de esquadra Esquadra Maximiliano da Fonseca, Lei 6.807 de julho de 1980 (Diário oficial da União, 1980)

A Força Aérea Brasileira cria no Ministério da Aeronáutica o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica que dá acesso a entrada de mulheres em 1982 através da Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981. (Diário oficial da União, 1981)

O Exército, abre espaços para as mulheres a partir da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989 (Diário Oficial da União), Cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (QCO), possibilitando a entrada das mulheres na Escola de Administração do Exército (EsAEx), sediada em Salvador/BA. Iniciou a formação em 1990, onde teve suas duas primeiras turmas masculinas, apesar da institucionalização feminina só ocorrer em 1992 com a matrícula das primeiras 49 mulheres, no Exército Brasileiro, que saíram formadas com a patente de 1º Tenente. Para Lannes (2008) o objetivo era suprir as demandas exigidas nas áreas técnicas e administrativas.

Essa participação da mulher se remonta ao longo da história, no recôncavo baiano em 1822, com Maria Quitéria de Jesus, ao presenciar a convocação de soldados para a guerra pela independência do Brasil, que ainda não estava consolidada na Bahia. Inicialmente disfarçada de homem, Maria Quitéria, conhecida como Sd Medeiros, dá causa ao registro da primeira participação da mulher feminina nas fileiras do Exército Brasileiro, fazendo-se integrante do Batalhão Voluntários do Príncipe, tendo sido promovida a cadete e, em seguida, condecorada no Rio de Janeiro com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul (Trindade, 2012). Após seus episódios de bravura e gloria Maria Quitéria na ocasião de condecoração solicitou a D. Pedro I, que enviasse ao seu pai uma carta, solicitando perdão por ter desobedecido.

Durante a II guerra Mundial, tivemos a entrada de 73 enfermeiras na Força Expedicionária Brasileira – FEB, entre elas 06 especialistas em transporte aéreo. A primeira Turma de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército fez curso, embarcaram para Itália. Para trabalhar em hospitais. E na paz voltaram a servir na Policlínica Militar no Rio de Janeiro.

Elza Cansação Medeiros foi à primeira voluntária do Brasil para II Guerra Mundial. Foi a primeira vez que o Exército tinha mulheres em seus quadros, e como era natural não sabiam bem o que fazer? Como agir com essas mulheres? E muito menos que tipo de treinamento físico deveria ser ministrado, sendo executados todos os exercícios ministrados para os soldados. (Cansação, 1987)

### **3 - METODOLOGIA**

A metodologia utilizada está baseada na análise qualitativa e no cruzamento de fontes orais, como as entrevistas, e as documentais, jurídicas, relacionando-as com o campo cultural-social-intelectual militar específico da Força Aérea Brasileira em Belém do

Pará. Assim como é relevante destacar que a autora teve experiência de Oficial Militar na FAB atuando como militar e professora do Colégio Tenente Rêgo Barros, vivenciando o processo de Adaptação e depois atuação profissional após o estágio militar.

O segundo autor tem experiência de onze anos de formação de Oficiais e Praças Militares estaduais atuando principalmente no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e Academia de Polícia Militar ambas da Polícia Militar do Pará.

Foram utilizados documentos oficiais como a constituição federal de 1988, leis de ingresso e normas para seleção de novos quadros de Praças e Oficiais. Também foi utilizado um periódico interno “Jornal Notaer” que retrata o cotidiano militar. Assim como entrevistas abertas com quatro Oficiais e três Praças entre homens e mulheres e a utilização da memória específica de algumas militares entrevistadas que repassaram fotografias e relataram parte do seu cotidiano militar. Essas pessoas foram escolhidas para a entrevista devido à proximidade com o Colégio Tenente Rêgo Barros, local que a primeira autora possui maior contato com os homens e mulheres que atuavam e participaram de maneira direta ou indireta na formação de mulheres na FAB.

Uma discussão que se alicerça a partir das teorias sobre memória e história dos sujeitos, no qual se busca compreender o passado pelo presente e o presente pelo passado. (Le Goff, 2003, p. 227).

Neste caso, é possível trabalhar com a influência da experiência das mulheres militares, pois, ressalta-se que um dos autores foi militar da ativa do Quadro de Oficiais Convocados- QOCON pertencente ao quadro de professores do Colégio Tenente Rego Barros, com experiências na caserna<sup>i</sup> que permitem repensar o processo de formação de oficiais e praças, assim como trabalho cotidiano de homens e mulheres no âmbito da estrutura na hierárquica e da disciplina militar.

#### **4 – RESULTADOS**

No início as mulheres eram exceções, mas hoje a presença delas na Força Aérea Brasileira já é uma realidade em diversos setores sendo esta a primeira das três Forças a abrir espaços para atuação de mulheres na atividade fim da instituição. A ampliação da participação feminina na Aeronáutica em funções tradicionalmente masculinas ocorre de maneira gradual.

No ano de 1981 foram criados os quadros femininos de oficiais e de graduadas entrando as pioneiras da Força Aérea Brasileira (FAB), com a Criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, CFRA- QFO e QFG<sup>ii</sup>, saindo como 2º Tenente, 3º sargento e Cabos, Lei n. 6.924, de 29 de junho de 1981 (Diário oficial da União, 30 JUN, 1981)

Os quadros QFO e QFG foram extintos em virtude de que as mulheres já poderiam ingressar na Aeronáutica em diversos quadros, não havendo a necessidade de ser manter um Corpo de militares específicos para o sexo feminino, além de reforçar o que preceitua a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º.

A razão pelo qual foi realizada a extinção nos anos de 1990 dos quadros QFO e QFG, fica claro nas palavras da SO<sup>iii</sup>:

“Manter as mulheres em quadros específicos representaria favorecer a segregação de gênero, assim como em diversos países o Brasil extinguiu os quadros permitindo o ingresso de mulheres em grupamentos ou quadros de ambos os sexos. [...]

[...]A oitava turma do QFG de 1990, foi a última a se formar, que foi a minha turma. E no ano seguinte em 1991 formou-se a última turma QFO.” (SO 01, 49 anos, 14/06/2017)

Houve uma reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Aeronáutica, em decorrência de ter sido constatada por esta Força a necessidade de serem criados novos Corpos e Quadros, e ainda extintos e dados novos nomes a outros, consolidando e atualizando inúmeras leis e decretos-leis existentes sobre o mesmo assunto. (Silva, 2005). As especialidades do QFO foram absorvidas pelo Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA) e as do QFG pelo Quadro de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (QSS). O QCOA foi criado pela Lei NR 6.837, de 29 de outubro de 1980 e regulamentado pelo Decreto NR 85.866, de 01 de abril de 1981.

A entrada de mulheres na Academia da Força Aérea (AFA- Pirassununga/SP) no Quadro de Oficiais Intendentes foi autorizada em 1995 e ingressou em 1996 à primeira turma de cadetes do sexo feminino. Oito anos depois, em 2003 a AFA recebeu as primeiras mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Em

2006 foi formada a primeira turma do Quadro de Oficiais-Aviadores com a presença das mulheres. Nela encontram-se 11 mulheres que formaram das 20 que entraram.

Em 2002 tivemos a entrada das mulheres na Escola de Especialista de Aeronáutica (EEAR) – Guaratinguetá -SP, Curso de Formação de Sargentos aos poucos elas foram conquistando espaço dentro da instituição. Em 2003, tivemos a primeira piloto militar a voar sozinha em uma aeronave da FAB. Em 2009, a dupla feminina comandou uma missão: as tenentes Joyce de Souza Conceição e Adriana Gonçalves, do Sétimo Esquadrão de Transporte Aéreo, decolaram de Manaus para (AM) em um C-98 Caravan em direção a Parintins (AM). ([www.fab.mil.br](http://www.fab.mil.br))

Hoje os quadros de oficiais já apresentam a figura feminina, Oficiais e Aspirante-a-Oficial, conforme pesquisa, podem voar em todos os tipos de aeronaves, como caças, helicópteros e aviões de transporte. As pioneiras atingiram em 2014, o posto de Capitão. Em 2015, a FAB teve mais um marco com a presença feminina, a Casa Gerontológica Brigadeiro Eduardo Gomes, sediada no Rio de Janeiro recebe a Coronel Médica Carla Lyrio Martins que assumiu o Comando da Organização Militar da Instituição. (Idem) conforme informação oficial:

As mulheres podem ingressar na Força Aérea por meio de escolas de formação de sargentos e oficiais, por meio de exames de seleção que obedecem as seguintes etapas: prova teórica, exame de aptidão psicológica, teste de avaliação do condicionamento físico, inspeção de saúde e, em alguns concursos, provas de títulos e prova prática. Algumas escolas de formação, suas especialidades e duração: - Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR) - Guaratinguetá (SP): Curso de Formação de Sargento. Não ter completado 24 anos até a data da matrícula e ter o ensino médio completo, especialidades de Eletricidade, Eletrônica, Equipamento de Vôo, Meteorologia, Suprimento, Administração, Informação Aeronáuticas, Cartografia, Desenho, Enfermagem e Eletricidade. Duração de dois anos, ao receber o diploma, a aluna passa para a graduação de Terceiro-Sargento especialista podendo, por meio de seleções internas, se tornar oficial. ([www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br))

Academia da Força Aérea (AFA) – Pirassinunga (SP): Curso de Formação de Oficiais Aviadores e Intendentes. Não possuir menos de 17 anos na data de matrícula e nem completar 21 anos até 31 de dezembro. Ter concluído o ensino médio, o curso tem duração de quatro anos e, ao forma-se, a cadete é diplomada

Aspirante-a-Oficial da Força Aérea Brasileira e poderá chegar até oficial-general. (Idem)

Centro de instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) – Belo Horizonte (MG): para ingressar, a candidata precisa ser formada em instituição de ensino superior reconhecidas pelo MEC, ter registro de respectivo conselho regional e possuir, no máximo, de 32 a 35 anos, dependendo da especialidade. O curso tem duração máxima de 17 semanas e, ao concluí-lo, a estagiária é nomeada Primeiro-Tenente e segue carreira como oficial da FAB. Há especialidades são diversas, entre elas, médicas, engenheiras, advogadas, entre outras. (Ibidem)

Outra forma de entrar para a Força Aérea Brasileira é através do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados – QOCON. (Áreas de Apoio), são promovidas até o posto de 1º Tenente e os praças permanecem como Terceiro-Sargento. Sendo que o Quadro de Oficiais é composto por dois grupamentos: de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários (MFDV) e de técnicos, formados por profissionais de outras áreas do conhecimento. E o Quadro de Sargentos da Reserva de 2ª Classe Convocados (QSCON) atende a profissionais de nível médio. Esse Quadro foi criado em 2013, a entrada é feita por seleção e a duração é de até 8 anos, Lei de 12.792, de 4 de abril de 2013. (Jornal Notaer, 2016.)

Assim, é possível perceber no relato de uma mulher-militar a sua experiência na “missão militar”, conforme fragmento de uma entrevista com a oficial superior, abaixo:

“(…). Sou formada em pedagogia, casada, tenho um filho, sou de Niterói, carioca. Eu tive experiência na rede estadual de ensino, e a dificuldade é muito grande, se você quer ter uma experiência melhor você tem que comprar material para você usar, quando vi não dava, apesar de eu gostar de dar aula, acabei fazendo concurso para Aeronáutica. Meu pai também influenciou, é reformado da marinha era SO Oficial.” (TC feminino, 06 de junho de 2017.)

A Tenente Coronel feminino destaca as suas dificuldades de arrumar trabalho, em Niterói, na sua área do magistério, sendo essa questão econômica um fator importante para a “escolha” da Força Aérea Brasileira como local de trabalho.

Nesse sentido, o relato da entrevistada acima corrobora com o depoimento da Sub Oficial 01, abaixo, que nos mostra mais uma experiência feminina e os motivos para buscar

trabalhar numa Instituição Militar. Conforme podemos perceber no fragmento de sua entrevista:

“(...). Sou natural de Fortaleza, formada em administração de empresas pela UFPA, casada tenho dois filhos, trabalhei em um restaurante na orla de Fortaleza. Como minha família era muito pobre tive que trabalhar cedo e fazia curso no Senac para me aperfeiçoar na área de departamento pessoal, que era aonde eu trabalhava no restaurante, foi quando vi o anúncio no Senac sobre o concurso da FAB. Fiz o curso de arquivo, que era o mais rápido e a FAB estava precisando de especialidade e prestei o concurso no ano seguinte. Entrei em 1990, minha turma foi a oitava de sargentos de carreira. Sempre tive muito foco com a minha necessidade de um emprego melhor, ganhava salário mínimo e precisava ajudar em casa.” (SO 01 feminino, 13 de junho de 2017)

As dificuldades de trabalho também são destacadas pela Sub Oficial 02, que confirmam uma busca por trabalho na sua época e a FAB serviu como o local da oportunidade para a mesma, conforme relato abaixo:

“(...). Sou formada em Biblioteconomia pela UFPA, natural de Santerém-Pa, casada, tenho dois filhos. O que me levou a entrar na FAB foi a oportunidade de emprego na época e minha família deu apoio. Entrei através de concurso, na época não tinha processo de seleção via currículo, meu quadro era o QFG, Quadro Feminino de Graduados da Aeronáutica. A minha turma foi a de 1990. Foi a última turma, depois o quadro feminino foi extinto. E depois as mulheres passaram a se formar como é hoje, na EEAR, junto com os homens.” (SO feminino 02, 13 de junho de 2017)

A questão familiar ficava de lado, devido às exigências do curso, pois, a aluna militar tinha que se dedicar no período específico de cada curso para que pudesse se adaptar a profissão, conforme a tenente Edilene Silva nos afirmou “(...) Foi difícil, pois, minha filha tinha quatro meses e eu não pude amamentá-la normalmente. Pensei em desistir mas precisava do trabalho, pois tinha entregado o meu.” (1º TEN feminino 01, 07 de julho de 2017).

Esses momentos que muitas vezes deixam dor e vazio, experiências diversas, mas voltadas para um único objetivo ser militar, momentos delicados acontecem e precisam ter foco, superar a cada dificuldade. Conforme relato abaixo da 1º TEN feminino 02:

“(...) Foi um momento bem delicado em minha vida, estava com um filho de quatro meses quando comecei todo o processo seletivo, meu leite materno secou devido o estresse e adrenalina do curso, posso dizer que me superei, adoeci dos joelhos sentia muitas dores me impossibilitando de fazer o teste físico final e acabei sendo a zero último da minha turma, mas quando lembro que minha nota foi igual ou próximo a de muitos colegas de turma que fizeram o teste físico e as prova teóricas, fico feliz porque sei que se não fosse os joelhos bichados eu tiraria uma boa colocação, mas creio que Deus tem planos para todos nós. Após a caserna, encaramos a realidade do quartel e nossas especialidades, no caso a minha é magistério, sou professora de história, e o local de trabalho é a escola Tenente Rêgo Barros, da qual me orgulho de poder lecionar para esses alunos, pois um dia sonhei em estudar nela, mas não consegui e hoje Deus realizou meu sonho. Tive momentos difíceis durante o trabalho, momentos tristes também, perdi minha mãe com câncer em 2013, ficou internada e eu ia de casa para o quartel, do quartel (escola) para o hospital e assim fiquei por 5 meses, e eu tinha que continuar por mim, pela minha família e por ela, e em seguida em 2014 perdi meu segundo filho, Samuel, nasceu morto, dessa vez pensei em desistir pois achei que não ia aguentar a pressão da vida militar, de ser profissional, de ser mãe, esposa e dona de casa. Mas superei e Deus me deu forças. Aprendi muito, experiências que vou levar pra vida toda.” (1º TEN feminino 02, 28 de junho de 2017)

Um dos questionamentos que se ressalta na atualidade, principalmente, no âmbito das instituições militares é sobre o papel Mulheres. Será que elas devem desempenhar as mesmas atividades que os homens? O fato é que a carreira militar hoje, por força constitucional, permite a entrada das mulheres nas Armas, porém, ainda existem pessoas que são a favor e outras que são contra a entrada das mulheres, atribuindo de certa forma, um papel delimitado a partir da questão de gênero.

Vejamos alguns comentários das entrevistadas que mostram que existem ainda as mulheres que se colocam nessa situação de frágeis. Uma percepção que talvez dificulte que o gênero feminino mostre sua capacidade de realizar certas profissões. Conforme relato abaixo:

“(...). Tem algumas mulheres que fazem questão de demonstrar fragilidade. Que não podem fazer isso ou aquilo acho que isso só contribui para os homens acharem que não somos capazes podemos dar voz de comando tanto quanto eles. Ficar com

vergonha de comandar uma tropa ou não aprender a fazer isso só nos faz parecer inferiores. Achem que lugar de mulher é na burocracia. Podemos desempenhar qualquer especialidade. Já vi uma sargento subindo em poste para fazer reparos porque a especialidade era elétrica. Sem problemas. Mas isso não serve para todas. [...] Gostei de fazer parte do Pelopes, gosto de adrenalina de fazer rapel. Gostei muito de voar de helicóptero. Sempre procurei aprender e fazer bem feito o meu trabalho. Seja ele qual for. Acho que por isso sempre fui bem vista pelos meus superiores.” (SO 02, 13 de junho de 2017)

Para a SUB OFICIAL 01 as mulheres estão cada vez mais inseridas na carreira militar e que são capazes de desenvolver qualquer atividade. Conforme fragmento de sua entrevista:

“(...). Hoje as mulheres na carreira militar estão cada vez mais fortes, com exceção das áreas de combate, as mulheres podem desempenhar qualquer função. Elas desempenham os cargos previstos nas mesmas condições dos oficiais ou graduados do sexo masculinos e concorrem às promoções em condições de igualdade com os homens. Nesse sentido, os critérios de avaliação de desempenho profissional não discriminam o sexo, tampouco restringem o acesso aos postos mais elevados da carreira. Nesse sentido, estão em condições iguais. Todas recebem a mesma instrução militar básica ministrada aos homens. Participam de marchas, acampamentos, exercícios de tiro, jogos de guerra, (em computadores) e manobras logísticas na esfera de suas especialidades. Sem falar que a estabilidade e os salários melhores do que os oferecidos na iniciativa privada, estão levando cada vez mais as mulheres optarem pela carreira militar. [...]. Hoje já não são vistas com ar de inferioridade, estão em pé de igualdade com os homens, sendo reconhecidas com seus próprios méritos. A elas são confiadas tarefas que antes não poderiam exercer. Hoje temos piloto mulher na FAB, temos mecânicas de bandas, que antes eram atividades exercidas só por homens.” (SO 01, 13 de junho de 2017)

Um dos militares masculinos entrevistados relata que as mulheres são capazes de desenvolver e produzir tanto quanto os homens e que vieram para somar ao serviço militar, não existindo diferença entre homens e mulheres. Uma visão interessante, mas, que caberia mais pesquisa, observemos o relato abaixo:

“(...). As mulheres contribuem, sobremaneira, para o bom andamento dos serviços nas diversas especialidades na FAB. Tenho contato direto com essas profissionais, e vejo

que são capazes de produzir tanto quanto produzem os homens. Não vejo diferença entre homens e mulheres militares. Vejo que há peculiaridades que as mulheres não podem exercer, ainda, na FAB, por exemplo: na Infantaria ... no EB, este ano entrou a primeira turma de mulheres nas Armas (infantaria, bélico...) quebrando certos paradigmas. [...] Dependendo de cada indivíduo, alguns possuem sim a capacidade de assimilar certas pressões. Nesse contexto, durante 31 anos de FAB vi homens que pediram pra sair, mas vi homens que suportaram. Vi mulheres chorarem, mas vi mulheres sorridentes e que assimilaram bem a pressão.” (1º SGT masculino 19 de junho de 2017)

Para o 1º TENENTE MASCULINO às mulheres tem todo o direito e a qualidade de exercer a profissão militar, porém, existe uma diferença nas questões físicas, como a questão de atividades que necessitam da força física, mas, tanto homens, como mulheres apresentam capacidades iguais. No entanto, o Oficial ressalta que a reação das mulheres é diferente, “são emotivas”:

“(...). As mulheres têm todo direito e qualidade de exercer a missão, a diferença na vida militar se dá pelo Posto ou Graduação e não pelo sexo, porém normalmente não efetuam trabalhos que necessitem muita força física, como carregar pesos. Há distinção nas exigências físicas, ou seja, a quantidade de repetições exercícios físicos é inferior à quantidade exigida aos homens. A capacidade é a mesma, mas a reação é diferente. Normalmente as mulheres são mais emotivas, porém isso é uma característica boa. Os homens e as mulheres são iguais no que tange aos direitos e assim são tratados no meio militar, no entanto são diferentes fisicamente e fisiologicamente. [...] Não digo limitações, Diferenças físicas por conta de massa muscular e fisiológicas. Um exemplo é a forma de fazer flexões dos membros superiores. Mas já vi diversas vezes algumas mulheres fazerem tal exercício da mesma forma que os homens.” (1º TEN masculino, 16 de junho de 2017.)

Uma entrevista interessante que apresenta indícios de uma visão sobre o trabalho feminino nas Instituições Militares. Nesta visão, é possível perceber que para o entrevistado do sexo oposto, as mulheres são “emotivas”. Um detalhe da sua personalidade que na percepção do Oficial entrevistado acima, influencia no trabalho feminino em comparação com os homens.

## 6 – CONCLUSÕES:

Destacou-se a participação das mulheres no contexto de transformações sociais e políticas no país no âmbito da pós-modernidade, focando na inserção e representatividade das mulheres nas corporações militares brasileiras, no caso específico da Força Aérea Brasileira especificamente em Belém do Pará.

A partir da análise de fontes, percebermos a história e a memória da mulher na Força Aérea Brasileira em Belém do Pará, no período de 1981-2017, através de uma análise inicial importante para pesquisas futuras sobre o papel feminino dentro de Instituições de “origem masculina”, como as Militares, com foco específico para Força Aérea Brasileira.

Um espaço social que é possível estudar o debate sobre gênero e “resgatar” o papel histórico-social das mulheres na caserna, e inclusive do ponto de vista regional. Estas mulheres estavam envolvidas num universo militarizado que nos mostra práticas sociais e possibilita construirmos uma compreensão de heranças históricas que marcam as relações, mediações, conflitos entre homens e mulheres na FAB, no contexto dos anos de 1980 e 1990, assim como nos dias atuais.

Outro ponto relevante é a vivência da pesquisadora que conviveu durante 8 anos como Oficial militar da FAB no Colégio Tenente Rêgo Barros e atuava como oficial de dia do I Comando Aéreo Regional em Belém do Pará. Essa experiência de autor/participante deve ser mais explorada à frente.

Por fim, análise das entrevistas apresenta um estudo de caso específico que destaca-se principalmente a partir de relatos de entrevistados que vivenciaram o cotidiano da formação de Oficiais e Praças militares que serviram ou trabalharam de alguma forma o Colégio Tenente Rêgo Barros. Esse lócus nos apresenta um campo de pesquisa a ser explorado a relação de militares com as atividades civis no século XXI, por exemplo e como as Mulheres estavam sendo utilizadas como efetivos nessas atividades.

### Notas

<sup>i</sup> A autora deste artigo vivenciou entre 2011 a 2019 o dia a dia da instituição militar, no quartel e nas dinâmicas diárias do Colégio Tenente Rêgo Barros.

<sup>ii</sup> CAFRA (Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica)

<sup>iii</sup> Sub Oficial

## REFERERÊNCIAS

- Adão, Maria Cecília Oliveira; Mathias, Suzeley KAlil. Mulheres e vida militar. IN: Cadernos Adenauer XIV, nº 3, p. 145-166. 2013.
- Bassanesi, Carla. Revista Feminina e o Ideal de Felicidade Conjugal (1994). IN: Cadernos Pagu Trajetória e Sentimentos, 199. p.14.
- Cansação, Elsa. E foi assim que a cobra fumou. Rio de Janeiro: Imago, 1987. p.43 e 50
- Casa militar da Governadoria. Casa <sup>iii</sup>Militar, 100 anos. 1917/2017: um século de história servindo à sociedade e protegendo pessoas. Belém: Governo do Estado do Pará, 2017.
- Castro, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.; 2004.
- Castro, Celso. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.; 1995.
- Constituição da República Federativa DO brasil. 1988.
- Diário oficial da União, 1980. Lei 6.807 de julho de 1980. Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). 1980.
- Diário oficial da União, 1981. Lei 6.2924, de 29 de junho de 1981 que trata da Criação do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, CFRA- QFO e QFG, saindo como 2º Tenente, 3º sargento e Cabos. 1981.
- Diário oficial da União, 1989. Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989. Trata sobre a entrada da criação de quadros no Exército para mulheres. 1989.
- Goffman, Irving. Características das Instituições totais. In: ETZIONI, Amitai. Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, 1973. p.p. 303-331.
- Farias, Willian Gaia. O alvorecer da república no Pará (1886-1897). 1ª edição. Belém: Açai, 2008.
- Keegan, John. Uma história da Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Keegan, John. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1974. P.p. 16-19.
- Le goff, Jacques. História e memória. 5ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

- Nogueira, Shirley Maria Silva. A estrutura militar no Grão-Pará setecentista. In: bezerra, José Maia; Guzmán, Décio de Alencar. (org) Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-tatu, 2002.
- Magnoli, Demétrio. No espelho da Guerra. In: Magnoli, Demétrio. (org) História das Guerras. São Paulo: Contexto, 2006.
- Marreca, Orvácio Deolindo da Cunha. Histórico da Polícia Militar do Pará: desde do seu início (1820) até 31 de dezembro de 1839. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1940.
- Musumesci, Soares Bárbara; MUSUMESCI Leonarda. Mulheres Policiais: a presença feminina na Polícia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005. 9p.27-29)
- Perrot, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru. SP: EDUSC, 2005.p.17-18.
- Silva, Cristina Rodrigues da. Gênero, Hierarquia e Forças Armadas: um estudo etnográfico acerca da presença de mulheres nos quartéis. Monografia. UFSCar, 2006.
- Stearns, Peter N. História das relações de gênero (tradução Mirna Pinsky), São Paulo: Contexto, 2007.
- Trindade, Alyne Alves. As herdeiras de Maria Quitéria: 20 anos da presença da mulher no Exército. Revista do Clube Militar. ANO LXXXV, nº 44, fev/mar/abril. Rio de Janeiro. p.8, 2012.

### **Jornais**

Jornal Notaer, ANO XXXIX, nº 3, março, 2016.

### **Entrevistas**

Tenente Coronel, 06 junho de 2017.

1º Tenente masculino, 16 de junho de 2017.

1º Tenente feminino 01, 07 de julho de 2017.

1º Tenente feminino 02, 05 de junho de 2017.

Sub oficial 01, 13 de junho de 2017.

Sub oficial 02, 13 de junho de 2017.

1º Sargento masculino, 19 de junho de 2017.

### **Sites**

[www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

[www.fab.com.br](http://www.fab.com.br)